

# Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico

*The criteria for evaluation and selection of the PNBE: a diachronic study*

CÉLIA REGINA DELÁCIO FERNANDES\*  
MAISA BARBOSA DA SILVA CORDEIRO\*\*



**RESUMO** – Este artigo apresenta um estudo das mudanças nos critérios utilizados na escolha de obras literárias durante o processo de avaliação e seleção ao longo da existência do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com esse propósito, o trabalho se detém nos anexos dos editais em que constam os critérios de avaliação e seleção. Para tanto, este estudo divide-se em duas partes. Na primeira, são abordados os critérios seletivos das obras de 1998 até o ano de 2004, devido ao término, neste ano, do projeto *Literatura em minha casa*. Posteriormente, são discutidos os critérios de avaliação e seleção apresentados nos editais de 2005 a 2012, período em que as obras foram compradas para compor os acervos das bibliotecas escolares.

**Palavras-chave** – políticas públicas; PNBE; critérios de avaliação e seleção

**ABSTRACT** – This paper presents a study of changes in the criteria used in selecting literary works in the evaluation and selection process over the life of the *Programa Nacional Biblioteca da Escola* (PNBE). For this purpose, the work stops the annexes of the announcements contained in the evaluation criteria and selection. First, the article discusses the selective criteria of works from 1998 until the year 2004, due to end of project *Literatura em minha casa*. Later, we discuss the evaluation and selection criteria presented in the tally sheets from 2005 to 2012, during which the works were bought to make the collections of school libraries.

**Keywords** – public policies; PNBE; evaluation criteria and selection

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira deve fazer uma opção. Ou voltamos a um passado recente de exclusão crescente ou apostamos na diminuição da desigualdade. O acesso ao livro e a preparação de uma sociedade de leitores é, com toda a certeza, mais um instrumento de inclusão econômica, social e política de dezenas de milhões de brasileiros. É um instrumento para o reconhecimento e a visibilidade de nossa megadiversidade (PIVA; PEREIRA, 2006, p. 50).

O texto literário proporciona conhecimentos que vão além da mera interpretação textual, já que, por meio das construções de sentidos, dialoga com o leitor, constituindo-se, no ato de ler, de acordo com a bagagem de mundo

de cada um. Nas palavras de Paulino (2001, p. 13), que associa a leitura ao verbo roubar: “[...] Não se rouba algo com conhecimento e autorização do proprietário, logo essa leitura do texto vai se construir à revelia do autor, ou melhor, vai acrescentar ao texto outros sentidos, a partir de sinais que nele estão presentes”.

Com base numa perspectiva de reconhecimento e valorização da formação do leitor literário, pode-se referenciar o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) como exemplo de iniciativa governamental que visa diminuir a barreira entre o aluno e o livro, apoiando o educando “no exercício da reflexão, da criatividade e da crítica” (BRASIL, 2011, s.p.). O PNBE surgiu para formar e qualificar as bibliotecas escolares, com o propósito de oportunizar aos alunos das escolas públicas

\* Doutora em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP, Brasil) e Professora da Universidade Federal da Grande Dourados (Dourados, MS, Brasil). E-mail: <celiafernandes@ufgd.edu.br>.

\*\* Graduada em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados (Dourados, MS, Brasil). E-mail: <maysa\_bdasilva@yahoo.com.br>.

Artigo recebido em julho 2012 e aprovado em setembro de 2012.

o contato com a leitura literária. Incentivos nesse sentido tornam-se ainda mais importantes quando se considera que estamos em um país no qual os livros são inacessíveis à maioria dos estudantes. Como ressalta Fernandes (2007, p. 77), “dentro das características de um país como o nosso, em que parte da população depende de programas assistenciais para as condições básicas de sobrevivência, torna-se complicado o acesso aos livros por parte dos excluídos”.

Ao compreender a responsabilidade de políticas públicas para promover o acesso às obras literárias de qualidade e despertar o interesse pela leitura literária em estudantes de escolas públicas, este estudo busca traçar um panorama acerca das mudanças dos critérios de avaliação e seleção do PNBE ao longo de sua existência. Em vista disso, são abordados, inicialmente, os critérios seletivos de 1998 até o ano de 2004, devido ao término, neste ano, do projeto *Literatura em minha casa*; em seguida, são enfocados os critérios de avaliação e seleção apresentados nos editais de 2005 a 2012, período em que as obras foram adquiridas e enviadas para compor os acervos das bibliotecas escolares. Para tanto, os editais expedidos pelo Ministério da Educação foram escolhidos como as fontes documentais mais representativas, cuja análise se debruçará especialmente sobre os anexos dos editais nos quais são descritos os critérios de avaliação e seleção.

### **O PNBE EDIÇÕES DE 1998 ATÉ 2004: INSUFICIÊNCIA NA EXPLANAÇÃO DOS CRITÉRIOS**

O PNBE foi instituído em 1997 pela Portaria 584 e tem recursos financeiros originários do Orçamento Geral da União. Começou a atuar em 1998 e, desde então, para a promoção da leitura e a difusão do conhecimento entre alunos e professores, distribui obras de literatura, de pesquisa, de referência e materiais de apoio à atualização do professor. Os principais objetivos do programa são: “A democratização do acesso às fontes de informação; o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores; e o apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor”.<sup>1</sup>

No primeiro ano em que o PNBE enviou acervos às escolas – 1998 – foram adquiridas 4,2 milhões de obras e atendidas 20 mil escolas públicas de Ensino Fundamental. Apesar do grande volume adquirido e do alto investimento de R\$ 24.435.179,00 milhões, os critérios utilizados para seleção das obras não foram apresentados, e observa-se que alguns livros selecionados eram de pessoas ligadas ou pertencentes à comissão de escolha, formada por um grupo de intelectuais “notáveis”, além de outros livros que demandam um leitor mais experiente em função da

complexidade. Outro fato que merece destaque é que, de acordo com os resultados da pesquisa feita com docentes (BRASIL, 2002b), muitas obras selecionadas foram julgadas inadequadas ao público-alvo – 1ª a 8ª série. Como alerta Fernandes (2007, p. 64), “Chama a atenção a presença de certos livros como, por exemplo, os 12 volumes dos Sermões, de Padre Vieira, ou *Um mestre na periferia do capitalismo*, de Roberto Schwarz”. Ainda no ano de 1998, o programa previa que o acervo seria aberto também à comunidade, o que não ocorreu em boa parte das escolas, devido ao fato de que os próprios alunos e professores desconheciam as obras recebidas. Convém ressaltar que não foi possível localizar os critérios de escolha nos documentos oficiais referentes ao PNBE-1998, ou seja, se houve critérios eles não foram divulgados.

Em 1999, a seleção das obras foi feita pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e pela Secretaria de Educação Especial (SEESP). Esta última, responsável para selecionar quatro obras voltadas às crianças com necessidades educacionais especiais. O motivo de a FNLIJ ter sido responsável por selecionar as obras é pelo fato de a instituição ser voltada “ao público infantil e juvenil e ser esta uma conceituada instituição reconhecida nacionalmente nessa área”.<sup>2</sup> Foram selecionadas 110 obras de literatura infantojuvenil e atendidas 36 mil escolas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental com 150 ou mais alunos. Neste ano, foram adquiridos pouco mais de 3,9 milhões de livros, com investimento de R\$ 21.427.859,77. Apesar de a FNLIJ mencionar que a avaliação recaiu sobre qualidade do texto, imagem e projeto gráfico, não houve explicitação desses critérios, ou seja, não foram encontradas informações sobre o que seria considerada qualidade de texto, imagem e projeto gráfico no processo de seleção das obras. É importante registrar que esses critérios não constam nos documentos oficiais disponíveis no *site* do FNDE, no entanto, foram obtidos no *site* da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.<sup>3</sup> Verifica-se que a seleção das obras recaiu sobre a qualidade do livro em seu conjunto: texto, imagem e projeto gráfico. Também se considerou a variedade de gêneros, temas, escritores e ilustradores. Além disso, a FNLIJ disponibilizou na internet dois pareceres críticos – de vários especialistas de literatura infantil e juvenil, votantes da instituição – que acompanharam cada título selecionado. Como se vê, o processo de avaliação avançou em relação ao ano anterior, principalmente por considerar o público pretendido com o acervo e dar acesso amplo aos pareceres.

No ano de 2000, o PNBE voltou-se para o preparo dos professores enviando cerca de 3,7 milhões de livros pedagógicos destinadas aos docentes, contemplando 30.718 mil escolas. Não houve, portanto, neste ano,

distribuição de acervos literários às bibliotecas escolares.

Também nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 as bibliotecas escolares não foram atendidas pelo programa, que centralizou suas ações no projeto *Literatura em minha casa*. Foram distribuídas coleções com cinco títulos de temática diversificada para que fossem entregues aos alunos. O objetivo principal era que o aluno pudesse compartilhar as obras com a família. Apesar de o número de obras adquiridas no ano de 2001 ter crescido substancialmente – aproximadamente 70 milhões de obras, no ano seguinte esse número caiu para pouco mais de 21 milhões. No ano de 2003, além das obras enviadas aos alunos, o programa também direcionou suas ações para a qualificação da biblioteca escolar, para a Educação de Jovens e Adultos, para o preparo da biblioteca do professor e para o envio de obras destinadas ao uso da comunidade, em bibliotecas itinerantes. Em 2004, deu-se continuidade às ações iniciadas em 2003. Vale lembrar que o projeto *Literatura em minha casa* enfrentou sérias críticas: “[...] sabe-se que, em boa parte das escolas, os livros não foram entregues aos alunos por razões que precisam ser esclarecidas por meio de pesquisas [...]” (FERNANDES, 2007, p. 76).

No primeiro ano do projeto *Literatura em minha casa* – 2001 –, os critérios de avaliação e seleção das coleções foram estabelecidos por uma comissão técnica, composta pelos seguintes membros: a) representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED): Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira; b) representante da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME): Adeum Hilário Sauer; c) representante da Associação de Leitura do Brasil (ALB): Luiz Percival Leme Brito; d) representante da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ): Elizabeth d’Angelo Serra e e) técnicos especialistas na área de leitura, literatura e educação: Antonio Augusto Gomes Batista, Maria da Glória Bordini, Maria José Martins de Nóbrega e Andréa Kluge Pereira.

Os critérios de avaliação e seleção foram apresentados em documento anexo, constituído de uma breve introdução, contendo os princípios gerais, e de uma apresentação dos critérios de seleção, considerados quanto à tipologia, à temática, à seleção de títulos e autores, à textualidade e, também, quanto ao projeto gráfico e às ilustrações (BRASIL, 2001). Analisados no conjunto, esses critérios podem ser resumidos basicamente em duas exigências na escolha das obras: a) diversidade – gênero, assuntos, títulos e autores representativos de diferentes épocas e regiões, textos de variados quadros de referências literários; e b) materialidade – projeto gráfico e ilustrações adequadas ao público-alvo. Merece destaque o fato de o julgamento das obras incluir a preocupação com o destinatário. Todavia, a esse respeito, não fica

esclarecido quem decide sobre a adequabilidade das obras às crianças e com base em quais princípios. Em vista dos aspectos expostos, pode-se concluir que o edital para o PNBE/2001 atentou para os mesmos critérios elaborados pela FNLIJ para o PNBE/1999.

Na segunda edição do projeto *Literatura em minha casa*, em 2002, a comissão técnica designada para avaliar e selecionar as coleções de obras de literatura altera-se apenas com a entrada de Miriam Schlickmann no lugar de Raquel F. A. Teixeira, membro que representa a presidência do CONSED, e o acréscimo de Robert Langlady Lira Rosas e Vera Maria Tietzmann Silva na composição dos técnicos especialistas na área de leitura, literatura e educação. Após a designação dessa comissão, foi instituído um colegiado para colaborar com a SEF e o FNDE na execução do PNBE/2002, realizando a avaliação e a seleção das coleções, fundamentadas nos critérios determinados e divulgados em edital relativo ao programa. Para compor o colegiado são nomeados: a) um representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) por estado; b) um representante da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) por Estado; c) os membros da comissão técnica estabelecida pela Portaria n. 1.440 de 15 de maio de 2002; e d) oito representantes do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). De acordo com Fernandes (2007, p.72), é visível uma ampliação expressiva da representatividade na legitimação da escolha das coleções do PNBE/2002.

Começam a ser notadas mudanças importantes no edital de 2002. A principal delas é que a questão de privilegiar títulos de autores de diferentes épocas e regiões ocupa segundo plano no texto em função da relevância que assume a escolha dos autores representativos da cultura brasileira (BRASIL, 2002a, p. 15). Segundo os critérios, torna-se importante não selecionar obras já escolhidas na edição anterior, com a inserção de um critério que exclui obras do PNBE/2001. A temática passa também a ter atenção especial: deve contribuir para o desenvolvimento ético do leitor e o texto e favorecer a experiência estética diversificada. Além de se elencarem os aspectos que fazem parte do projeto gráfico, explica-se o que se espera das ilustrações e, por fim, acrescenta-se um item sobre o projeto editorial na avaliação das coleções. Há, portanto, um aprimoramento nos aspectos e maior clareza na redação.

No ano de 2003, a mudança de governo não impediu a continuidade do projeto *Literatura em minha casa*, que foi, inclusive, ampliado para a 8ª série do Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2003). Aumentou, com isso, o número de obras distribuídas, que saltou para oito milhões de coleções literárias distribuídas para 126 mil escolas, gastando um total de R\$ 44 milhões.

A comissão técnica para avaliação e seleção das coleções das obras do PNBE/2003, instituída pela portaria nº 1602 de 20 de junho de 2003, foi composta por alguns membros da edição anterior: Andréa Kluge Pereira; Antonio Augusto Gomes Batista; Luiz Percival Leme Britto, Maria da Glória Bordini; Maria José Martins de Nóbrega; Vera Maria Tietzmann Silva. Também houve a entrada de novos membros: Ângela B. Kleiman; Carmem Lúcia B. Bandeira; Cinara Dias Custódio; Cláudia Lems Vóvio; Heleusa Figueira Câmara; Heliana Maria Brina Brandão; Hnerique Silvestre Soares; Jane Paiva; Raquel Lazzari Leite Barbosa; Tânia Mariza K. Rösing.

A seleção recaiu sobre a qualidade literária e gráfica das coleções, temática diversificada, articulação e representatividade de títulos e autores. Percebe-se que o edital manteve como fator relevante o critério de representatividade dos autores, assim como manteve o privilégio para escolha de títulos e autores de diferentes épocas e regiões. Quanto ao projeto editorial, é mencionado que as coleções devem ser um “projeto orgânico” e “não apenas uma reunião casual de textos”, com isso, elas precisam mostrar-se “como um pequeno retrato da cultura brasileira, convidando e instigando o leitor à experiência estética e à reflexão crítica sobre o mundo que vive” (BRASIL, 2003, p. 12).

Durante o ano de 2004, foram continuadas as ações em relação ao projeto *Literatura em minha casa*. Apenas em 2005, após sérias críticas dirigidas ao projeto, o PNBE voltou sua atenção para a manutenção das bibliotecas. Na edição deste ano, outro fator merece destaque: o programa conseguiu atender a todas as escolas brasileiras:

Nesse mesmo ano, atingiu-se a universalização para cada etapa de atendimento, sendo beneficiadas todas as 136.389 escolas públicas brasileiras com as séries iniciais do Ensino Fundamental, 1ª a 4ª série, com pelo menos um acervo composto de 20 títulos diferentes.<sup>4</sup>

Devido ao redirecionamento do programa às bibliotecas escolares, o próximo tópico se detém sobre a análise dos critérios de avaliação e seleção, por meio de editais dispostos no *site* do FNDE. Apesar de, desde o ano de 2005, haver critérios mais explicitados, é necessário haver, por parte de pesquisadores, estudos no que se refere aos editais, para verificar quais são os critérios norteadores dos documentos oficiais sobre o que vem a ser literatura de qualidade.

### **PNBE EDIÇÕES DE 2005 A 2012: O QUE MUDOU NESSE PERÍODO?**

A Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) retomou, em 2005, o objetivo inicial de qualificar as bibliotecas escolares. Devido às mudanças ocorridas a partir do

ano de 2005, a análise seguinte se deterá nos critérios a partir desse ano até 2012, ano em que foi lançado o último edital, para serem selecionadas obras a serem distribuídas em 2012. Todos os editais, a partir de 2005, apresentam três subitens avaliativos, a saber: qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico. As semelhanças e distinções serão apresentadas ao longo do trabalho, de acordo com cada subitem. Inicialmente, no entanto, nosso olhar se deterá sobre o item que apresenta explicações a respeito das considerações feitas pelos editais a respeito de literatura, do público e dos próprios critérios, que são apresentados em documento em anexo nos editais, todos disponibilizados no *site* do FNDE como parte do documento. Como a análise é de caráter comparativo, serão destacados pontos em que os editais se assemelham ou divergem entre si para, ao final, verificar quais foram as mudanças significativas durante os anos de 2005 a 2012.

Os critérios norteadores são explanados, primeiro, por uma abordagem inicial que, posteriormente, se dirige para subitens que tratam dos critérios específicos de avaliação. No edital do ano de 2005 e 2006, as primeiras abordagens acerca dos critérios eram feitas por meio do item “critérios de seleção”. Apenas no ano de 2008 passou-se a utilizar uma introdução, a qual se detém sobre a importância de oferecer a literatura para os alunos desde as séries iniciais. A existência de uma introdução, porém, só começou a ser utilizada novamente no ano de 2011, com o mesmo propósito. No entanto, em 2012, já não há introdução antes de partir para os critérios. Destaca-se o fato de ser a introdução um elemento necessário, por ser o momento em que o edital aborda qual a necessidade de oferecer literatura aos alunos de escolas públicas.

No ano de 2008, primeiro ano em que houve a apresentação dos critérios por meio de uma introdução, foi destacado o papel da criança no mundo contemporâneo:

Ao promover a seleção de obras de literatura para a Educação Infantil e para as séries/anos iniciais é preciso considerar que as crianças, desde os primeiros anos de vida, são sujeitos ativos, que interagem no mundo produzindo significados. São cidadãs, portadoras de direitos e deveres, que, em função das inter-relações entre aspectos biológicos e culturais, apresentam especificidades no seu desenvolvimento. Elas interagem no mundo por meio das múltiplas linguagens: musical, gestual, corporal, plástica, oral, escrita, entre outras e têm o brincar como sua principal<sup>5</sup> (BRASIL, 2007, p. 14).

Em 2008, as mudanças ocorridas também foram em relação aos critérios de atendimento, pois o programa ampliou sua abrangência. A partir desse período, além das escolas de Ensino Fundamental, as de Educação Infantil e Ensino Médio também passaram a receber acervos.



Em todos os editais é ressaltada a necessidade da obra ser “representativa”, porém, apenas no ano de 2005 houve explanação do que o edital entende por representatividade:

Os títulos devem ser representativos de diferentes propostas e programas literários – desde aqueles que já firmaram uma tradição e conquistaram o reconhecimento de diferentes instâncias da instituição literária, àqueles que rompem com esta tradição e propõem – contemporaneamente – novos modelos e princípios para a produção literária (BRASIL, 2004, p. 14).<sup>6</sup>

Com efeito, Gregorin Filho (2011) destaca a necessidade de oferecer os clássicos ao público escolar, por serem obras que representam sociedades de épocas distintas. O autor define o clássico como uma obra que transcende fronteiras culturais e “[...] atravessa várias épocas mantendo a atualidade, quer em sua temática, quer como produto artístico cuja matéria é a palavra, representando valores e toda a complexidade de relações subjacentes às mais diversas sociedades” (GREGORIN FILHO, 2011, p. 62). Com essa perspectiva, o autor defende que a leitura dos clássicos é fundamental, “[...] tanto por adultos como por jovens. [...] a escola, como transmissora de cultura que é, deve incentivar a leitura dessas obras, mostrando aos jovens que a compreensão delas é o exercício da compreensão de si mesmo como indivíduos históricos” (GREGORIN FILHO, 2011, p. 62-63). A leitura dos clássicos, entretanto, não deve ser vista como a única a ser ofertada aos alunos. Sempre devem vir acompanhada de obras contemporâneas, com temáticas e linguagem também atuais.

O ano de 2010 foi o ano em que o edital apresentou melhoras significativas. Se nos anos anteriores – 2005 a 2009 – os editais pouco se diferenciavam entre si, o edital de 2010 apresentava importantes mudanças. A primeira diz respeito a mencionar a legislação que legitima a importância da distribuição de acervos literários às escolas, enquanto a segunda traz a fundamental consideração de a leitura ser concebida como uma prática social. A citação confirma esses apontamentos:

Ao prover as escolas públicas que oferecem Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental e médio), de acervos literários, o MEC parte do princípio de que a literatura é um patrimônio cultural a que todos os cidadãos devem ter acesso. Trata-se de um desdobramento do cumprimento da Constituição de 1988, que estabelece a educação como um direito do cidadão e da Lei de Diretrizes e Bases que ressalta o dever do Estado em oferecer uma educação básica de qualidade, nas três etapas que a constituem: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Além disso, o MEC busca dar consequência à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo XXVII, assegura a toda pessoa o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. Portanto, é necessário garantir aos alunos e professores da rede pública de ensino o acesso à cultura e à informação, estimulando a leitura como prática social (BRASIL, 2009, p. 25).<sup>7</sup>

Assim, verifica-se a associação da leitura literária com a garantia de uma educação básica de qualidade, atitude que deveria permear todo o processo de mediação de leitura no cerne da escola. No final da citação constatada-se, ainda, a necessidade de garantir, não apenas aos alunos, mas também aos professores, o direito de acesso à cultura e à informação. A leitura, portanto, precisa ser uma prática social. Graça Paulino e Rildo Cosson (2009) contribuem para essa discussão ao mencionar que o livro literário deve circular na escola, para que se forme uma comunidade leitora “[...] na qual se respeitem a circulação dos textos e as possíveis dificuldades de respostas à leitura deles. Essa medida simples é importante, porque assegura a participação ativa do aluno na vida literária e, por meio dela, a sua condição de sujeito” (p. 74).

O edital ressalta, ainda, a questão de que, apesar dos avanços, o acesso ao livro ainda é muito restrito no Brasil. Em vista disso, apesar dos investimentos federais, Glauber Piva e Hamilton Pereira (2006) alertam para a necessidade de comparar os números da leitura no Brasil em relação aos países vizinhos e chegam à conclusão de que, “[...] Segundo as estatísticas mais recentes, o Índice Nacional da Leitura – medido pela última vez em 2001 – é de 1,8 livro por habitante/ano, enquanto países vizinhos estão bem à frente do Brasil. Na Colômbia, por exemplo, a média é de 2,4 livros/ano” (2006, p. 49). Já em países desenvolvidos, o número é ainda maior: “[...] nos Estados Unidos e na Inglaterra é de cinco livros/ano e, na França, é de sete livros/ano” (p. 49).

Outro ganho no edital de 2010 refere-se à necessidade de refletir acerca da concepção de literatura e leitura de acordo com cada público atendido:

A literatura tem papel fundamental na formação do leitor, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. As crianças pequenas e bebês, quando convivem num ambiente com diferentes tipos de livros, possuem com eles uma relação de grande curiosidade e investigação. O contato das crianças com a literatura, da creche ao Ensino Fundamental, deve promover momentos de alegria, de fantasia, de desafios para a imaginação e para a criatividade, de troca e de experiência com a linguagem escrita. O livro destinado às crianças precisa envolver sentimentos, valores, emoção, expressão, fantasia, movimento e ludicidade, permitindo inúmeras interações. Espe-

cificamente em relação aos livros voltados para as crianças pequenas, esses permitem às crianças nomear objetos e personagens, inventar pequenas histórias, desenvolver suas capacidades motoras ao apontar, folhear, abrir janelinhas, entre outras atividades.

Os jovens, adultos e idosos que buscam retomar sua escolarização pela EJA também são oriundos das mais diferentes situações socioeconômicas e culturais, trazem uma bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo de suas histórias de vida, obtidos em diversas situações do cotidiano e do mundo do trabalho. Muitos são neoleitores jovens, adultos e idosos que ainda não desenvolveram plenamente suas habilidades e competências de leitura e escrita e que, independente do nível de escolarização, estão iniciando sua caminhada de leitores. Nessa delimitação estão desde aqueles em processos de alfabetização até os que estão cursando o Ensino Médio, mas permanecem no nível básico de domínio da leitura e da escrita (BRASIL, 2009, p. 26).<sup>8</sup>

Também é perceptível, nos editais, o cuidado em selecionar obras que não contenham “didatismos ou moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem”. Com efeito, durante muito tempo as obras destinadas ao contexto escolar eram reprodutoras de valores e opiniões de um universo adulto ou do que os adultos esperavam em relação aos alunos. Esse “compromisso pedagógico” entre a literatura infantojuvenil e a escola para inculcação de normas e valores, presente desde a gênese do gênero, persiste até hoje em obras que instrumentalizam a literatura com outras finalidades que descaracterizam o texto literário. Por isso, o edital prevê a eliminação das obras que apresentam as características mencionadas. O livro literário destinado ao público infantojuvenil, como mostra Bordini (1986, p. 96), não pode ser “desejoso de inculcar nas mentes jovens normas morais ou informações sobre ciências ou artes, e sim voltado para o incentivo do espírito crítico e da autoiniciativa em relação ao mundo atual”.

Um aspecto favorável, constatado no edital do PNBE/2011 (BRASIL, 2010), é o programa buscar atender também os alunos com necessidades educacionais especiais, já que os editores podem enviar obras de literatura com composição em “tinta; tinta em caractere ampliado; tinta acompanhada de CD em Áudio; tinta acompanhada de CD ou DVD em Libras; tinta acompanhada de CD em Áudio e CD ou DVD em Libras”.<sup>9</sup> Essa preocupação em atender alunos com necessidades educacionais ganha fôlego no edital do ano seguinte, 2012, quando é mencionado que as obras literárias a serem selecionadas devem apresentar temáticas referentes à diversidade:

Os princípios de valorização da identidade nacional em suas mais diversas vertentes, bem como a inclusão

de jovens, adultos e crianças com necessidades educacionais especiais ao sistema de ensino nos termos da Legislação vigente, têm orientado todas as ações do Ministério da Educação. Assim, é importante que as obras literárias que vierem a integrar o acervo das escolas públicas da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA – Ensino Fundamental e médio compreendam temas referentes à diversidade em sentido amplo (BRASIL, 2011, p. 23).<sup>10</sup>

Essa orientação de inserir temáticas referentes à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais precisa ser vista com um cuidado particular. Aparecida Paiva, por exemplo, discute ser necessário olhar criticamente para questões como a intenção editorial, ao inserir temas transversais, e a intenção da escola, quando utiliza essa literatura. Muitas vezes, ao invés da qualidade literária, pode prevalecer “[...] a intenção pedagógica e educativa no trabalho com a literatura” (PAIVA, 2008, p. 43). E também a “[...] apropriação desse gênero textual como mais um dos recursos de aprendizagem de conteúdos e valores, em vez de utilizá-los como possibilidade de ampliação do universo cultural da criança, por meio dessa manifestação artística em linguagem verbal” (p. 43).

Outro aspecto importante percebido em todos os editais é destacar a necessidade de compor acervos com obras de diferentes níveis de dificuldade: “Os acervos serão compostos por obras de diferentes níveis de complexidade, de forma que as crianças, os jovens, adultos e idosos tenham acesso a textos para serem lidos com autonomia e a outros para serem lidos com a mediação do professor” (BRASIL, 2009, p. 27). Pode-se verificar, com isso, a atenção do edital para que as obras da biblioteca não sejam apenas para que os alunos realizem empréstimos, mas também para estarem presentes na sala de aula.

Vale mencionar outro critério de seleção presente em todos os editais: a necessidade de adequar as obras “[...] à faixa etária e aos interesses dos alunos” (BRASIL, 2008, p. 13). Essa questão da adequação das obras às faixas etárias do público pretendido suscita o questionamento do que o edital entende por interesse tanto das crianças e dos jovens, quanto dos adultos e dos idosos que estudam nas escolas.

No que diz respeito especificamente ao item avaliativo “qualidade do texto”, considera-se que o texto literário contribui para “ampliar o repertório linguístico dos leitores” (BRASIL, 2011). Faz-se necessário observar, nesse ponto, que as obras a serem selecionadas para compor o acervo devem fazer presentes os diferentes tipos de variação linguística, não favorecendo o falar de determinada região nem apresentando um tratamento preconceituoso em relação aos diferentes tipos de utilização da língua. As obras não podem trazer de maneira

estigmatizada as características da fala provenientes, por exemplo, de regiões mais pobres, de pessoas da terceira idade ou de falantes pertencentes à classe social desfavorecida. No mesmo sentido, Piva e Pereira (2006, p. 46) apontam que: “Qualquer análise sobre Brasil, por mais rápida e simples que seja, detecta a multiplicidade de nossos sotaques e reconhece nossa megadiversidade, não apenas ambiental, mas, sobretudo, cultural”.

Os livros a serem selecionados também deveriam ter, de acordo com os editais, “fruição estética” e um “trabalho estético com a linguagem” (BRASIL, 2009, p. 15), de modo a estimular o leitor, visto que a literatura engloba os sentimentos de fantasia e realidade necessários ao desenvolvimento dos leitores, proporcionando o estímulo da imaginação, criatividade, raciocínio e reflexão. Para Barthes (1973, p. 21-22), fruição diferencia-se de prazer:

Texto de prazer: aquele que contenta, enche, dá euforia, aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura. Texto de fruição: aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (dá até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem.

Em relação aos textos em prosa, seriam avaliadas, como apontam os editais (BRASIL, 2009, p. 14), “a coerência e a consistência da narrativa, a ambientação, a caracterização das personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso das personagens a variáveis de natureza situacional e dialetal”.<sup>11</sup> Esses elementos podem possibilitar ao indivíduo capacidade de se comunicar e se expressar em diferentes contextos, em situação formal ou informal, pois saberá quais recursos linguísticos utilizar em uma ou outra situação. Dessa maneira, ressalta-se a necessidade de proporcionar aos leitores variedade de livros que levem em conta a abordagem de diferentes meios culturais, sociedades, tradições e problemas do mundo, buscando construir condições para que os estudantes desenvolvam consciência crítica em prol de novas e melhores relações sociais.

Os textos em verso seriam avaliados de acordo com a adequação da “linguagem ao público a que se destina” (BRASIL, 2009, p. 14), devido à necessidade de se oferecer, nos acervos, livros com vários níveis de dificuldade, para alcançar os diferentes contatos que as crianças e adolescentes possuem com a leitura. É ausente, porém, referência aos poemas narrativos.

Como qualidade do texto, ainda seria observado, em livros de histórias em quadrinhos, o diálogo entre texto e imagem e novas possibilidades de leitura por meio do texto visual. Um fato extremamente importante, já que a

ilustração vem ganhando cada vez mais espaço devido ao seu papel na construção de sentidos diante do livro, elemento para o qual o aluno nem sempre é despertado: “a dificuldade [dos alunos] de relacionar as ilustrações aos textos verbais advinha da falta de intimidade com o universo semântico ali representado, o que se confirmava com leituras apenas literais dos textos verbais” (FONSECA, 2009, p. 105).

Ainda em “qualidade do texto”, um importante critério presente nos editais refere-se às adaptações e traduções que, quando selecionadas, “[...] devem ser mantidas as qualidades literárias da obra original”. Faz-se necessário questionar, nesse ponto, o que o edital entende quando menciona a necessidade de manter as “qualidades literárias” do original, já que tanto traduções quanto adaptações pressupõem a reescrita da obra e terão novas qualidades literárias, mas não as mesmas da obra que tomou como referência. Além disso, em que medida as obras traduzidas ou adaptadas também não são originais, visto que não são cópias? Apenas no edital de 2006 houve mudanças em relação à seleção de traduções e adaptações. As obras seriam selecionadas de acordo com “[...] os aspectos textuais e editoriais que particularizam cada obra”<sup>12</sup> (BRASIL, 2005, p. 14).

No que tange à qualidade temática, os editais pouco alteraram os critérios ao longo do período de 2005 a 2012. Notam-se mudanças significativas, porém, no subitem “adequação temática” do edital de 2012. Verifica-se a preocupação em serem selecionadas obras que privilegiem diferentes “[...] contextos socioeconômicos, culturais, ambientais e históricos que constituem a sociedade brasileira”<sup>13</sup> (BRASIL, 2011, p. 24).

A pesquisadora Turchi (2006) contribui para o debate sobre essa prioridade ao mencionar que a literatura vem tratando de temáticas cada vez mais amplas e traz à tona o discurso das minorias excluídas. É necessário, portanto, a presença dessas temáticas na escola, para que o leitor não forme apenas o gosto pela leitura literária, mas possa construir uma visão crítica do seu lugar social a partir de suas leituras. Nas palavras da autora, a literatura brasileira “[...] tem sido capaz de caminhar pela diversidade étnica e cultural brasileira, dando espaço para a criança imaginar e construir sua subjetividade, lidar com a afetividade, enfrentar a dor e os conflitos e descobrir a esperança e a alegria” (TURCHI, 2006, p. 26).

Com efeito, percebe-se que a literatura destinada ao público escolar precisa estar adequada às exigências da crítica contemporânea, que valoriza as produções que representem diferentes meios sócio-histórico-culturais. Hommi Bhabha, ao tratar desta problemática, atenta para a necessidade da representação das minorias étnicas que possuam uma postura ativa frente às diversas situações presentes na obra: “[...] a representação problemática da

diferença cultural e racial não pode ser simplesmente lida a partir dos sinais e desenhos da autoridade social que se produzem nas análises de diferenciação de classe e gênero” (BHABHA, 1992, p. 177), mas principalmente por meio da postura e atitude dos sujeitos representados.

Já em relação à adequação temática, pode-se observar nos editais, que seriam selecionadas “obras com temáticas diversificadas, de diferentes contextos sociais, culturais e históricos” (BRASIL, 2009, p. 15). Partindo da ideia de que as crianças vêm de meios socioculturais distintos, possibilitar a elas o acesso a livros que tratem da variedade desses meios contribui para a conscientização acerca de uma sociedade plural, da necessidade de não se ter preconceito com os meios diferentes ou menos favorecidos.

Dentre as características mencionadas nos editais (BRASIL, 2009, p. 15), a serem observadas como adequação temática, estão “a capacidade de motivar a leitura, o potencial para incitar novas leituras, a adequação às expectativas do público-alvo, as possibilidades de ampliação das referências do universo cultural do aluno e a exploração artística dos temas”. O contato com os livros, independente do ciclo escolar, possibilita ao aluno o convívio com o conhecimento de diferentes lugares, pessoas e histórias. O sujeito leitor, ao ser despertado, irá adquirir, a cada livro, diferentes formas de ver o mundo, pois irá entrar em contato com culturas além da qual está inserido. Para Candido (2004, p. 180), a formação do leitor literário pode estimular “o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do ser, o cultivo do humor”.

Pensar nos efeitos apresentados por Candido (2004) torna-se extremamente importante quando se analisa a leitura como ponto principal para o desenvolvimento da cidadania em cada um. Deve-se considerar que a leitura literária, desde que desvinculada de estereótipos e preconceitos, possibilita ao indivíduo uma reflexão crítica em relação a si, ao outro e ao mundo que o cerca.

Além da qualidade do texto e da adequação temática, os aspectos gráficos também são considerados na seleção da obra. De acordo com o último subitem avaliativo – projeto gráfico –, as obras a serem selecionadas deveriam apresentar:

Equilíbrio entre texto principal, ilustrações, textos complementares e as várias intervenções gráficas que conduzem o leitor para dentro e para fora do texto principal. Deve garantir condições de legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da(s) fonte(s) utilizadas; do espaçamento entre letras, palavras e linhas, do alinhamento do texto, qualidade do papel e impressão (BRASIL, 2010, p. 15).<sup>14</sup>

Apesar das pequenas mudanças, os critérios relacionados ao projeto gráfico apresentam grande semelhança no que diz respeito aos elementos especificados no edital. Apenas a partir dos editais de 2008 passaram a ser incluídas considerações mais específicas relacionadas às ilustrações. Também a partir desse ano as biografias dos autores deveriam ser apresentadas de modo que favorecessem o interesse dos leitores por outras obras.

Outro critério que estava presente no edital do ano de 2005, e foi retirado das edições posteriores, é referente ao projeto gráfico, mais especificamente em relação ao item que menciona serem “[...] desaconselháveis reprodução de clichês, preconceitos, estereótipos ou qualquer tipo de discriminação” (2005, p. 14). Apesar de, no subitem “projeto gráfico” de todos os outros editais, não haver menção à ausência dos quesitos de avaliação mencionados, nos subitens “qualidade do texto” e “adequação temática” é considerado desaconselhável reproduções de clichês, preconceitos, estereótipos ou discriminações.

Por outro lado, ainda no item avaliativo “projeto gráfico”, nota-se um ganho no que diz respeito também às ilustrações. Se nos anos de 2005 a 2009 elas deveriam somente dialogar com o texto verbal, no edital do ano de 2010 ganham uma importância à parte: “[...] Quanto às ilustrações e imagens, devem recorrer a diferentes linguagens, ser atrativas e enriquecedoras, ampliando as possibilidades significativas dos textos” (BRASIL, 2010, p. 28).

Segundo o subitem “projeto gráfico” do edital de 2010, as obras a serem selecionadas para o público de 0 a 3 e de 4 a 5 anos de idade deveriam possuir certificação do Inmetro, exigência relevante tendo em vista que as crianças dessa faixa etária ainda estão aprendendo o manuseio de livros. Além disso, os livros precisam ser resistentes ao manuseio das crianças.

A partir do ano de 2005, outro elemento da obra que passou a ser avaliado, dentro do projeto gráfico, foi a biografia do autor, que deve ser apresentada de modo a enriquecer a obra e contextualizar, por meio de uma linguagem acessível, o autor e a obra. Da mesma forma, avalia-se a presença de outras informações que possam ampliar as possibilidades de leitura da obra.

É necessário que elementos como a capa da obra, tipos gráficos, espaçamento, distribuição espacial e distribuição de texto e imagens, tenham relação com o nível de dificuldade do texto e, conseqüentemente, com o nível de contato com a leitura a qual o texto é indicado. À medida que se aumenta a complexidade de compreensão da obra, as cores e ilustrações devem ir rareando, para que se possa atender aos leitores que já possuam frequência de leitura.



No que concerne ao diálogo entre texto principal, ilustrações, textos complementares e intervenções gráficas, ressalta-se a associação entre texto e imagem. Esta segunda, muitas vezes, pode conter informações que não aparecem no texto verbal, já que o sentido que as ilustrações despertam é no plano metafórico: “deixam vazios e ambiguidades para o leitor resolver” (CADEMARTORI, 2008, p. 87). Enfim, o projeto gráfico da obra consegue ser bem-sucedido quando seu conjunto está apropriado ao projeto estético-literário da obra e aos leitores potenciais.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Criar uma biblioteca, alimentá-la frequentemente, nutri-la com obras significativas, tanto nacionais quanto estrangeiras, exercer um controle de qualidade na aquisição desses livros, possibilitar que o estudante tenha sempre ao seu alcance um universo de opções que possa ser lido, compreendido e assimilado, tudo isso representa, em verdade, recriar um país, redescobrir suas potencialidades (MACIEL, 2008, p. 18).

Em linhas gerais, pôde-se observar nos editais estudados que os critérios de avaliação e seleção do PNBE foram se tornando cada vez mais minuciosos, o que não deixa dúvidas acerca da seriedade do programa e dos profissionais envolvidos. Por se tratar de um programa federal, é fundamental destacar que o PNBE foi mantido, ampliado e aprimorado ao longo de sua existência.

Com efeito, os últimos editais passaram a considerar a legislação que fundamenta a necessidade de oferecer obras literárias aos estudantes de escola pública, como a *Lei de Diretrizes e Bases* e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Também passaram a oportunizar a inscrição de obras voltadas para alunos com necessidades educacionais especiais, como títulos com caractere ampliado, em Braille, CD em Áudio e DVD em Libras.

Convém frisar que a cada nova edição do PNBE, os editais ampliaram a abrangência do público-alvo, iniciando apenas para o Ensino Fundamental e, gradativamente, estendendo para a Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil e Ensino Médio. Outro aspecto digno de nota é o fato de o PNBE atravessar três governos – Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma – e prosseguir sem interrupções, constituindo-se numa política de Estado. Em 2008, as mudanças ocorridas também foram em relação aos critérios de atendimento, pois o programa ampliou sua abrangência.

Os editais, de modo geral, ressaltam a importância de oferecer diferentes tipos de leitura aos alunos de escola pública, com diversidade de autores, gêneros, temáticas, técnicas de ilustrações e representações culturais, o que é

fundamental, pois, de acordo com (MAGNANI, 2001, p. 11), é necessário estar atento para o fato de que “a falta de hábito de leitura tem sido apontada como uma das principais causas do fracasso escolar do aluno e, em consequência, do seu fracasso enquanto cidadão”. A literatura no âmbito escolar, portanto, precisa estar atrelada à sua função social.

Ressalta-se, contudo, que, de acordo com os editais, seriam consideradas as adequações das obras aos interesses do público-alvo. Portanto, com o propósito de contribuir com o constante aprimoramento do PNBE, este trabalho questiona, no momento de seleção das obras, quais são os parâmetros para definir esses interesses e as opiniões também dos professores e bibliotecários em relação aos títulos selecionados, por serem eles os mediadores de leitura para o público escolar.

Assim, neste artigo foram apresentadas reflexões para compreender a importância das políticas públicas de leitura na seleção de obras literárias para crianças e jovens e contribuir para a discussão dos critérios de avaliação e seleção do PNBE ao longo de 15 anos de existência, considerando a relevância desse programa como responsável pela aquisição e distribuição de livros em larga escala no Brasil desde 1997.

### REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BHABHA, Homi. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 177-203.
- BORDINI, Maria da Glória. Crítica e literatura infantojuvenil nos anos 70 e 80. In: KHÉDE, Sônia Salomão (Org.). **Literatura infantojuvenil: um gênero polêmico**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 95-109.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de convocação para inscrição de coleções de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2001**. Brasília, 29 de agosto de 2001.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de convocação para inscrição de coleções de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2002**. Brasília, 24 de abril de 2002a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de convocação para inscrição de coleções de obras de literatura para alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e de literatura e informação para alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2003**. Brasília, 09 de maio de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2005**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/346-editalpnbe2005/download>>. Brasília, 2004. Acesso em: 05 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2006**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/349-editalpnbe2006/download>> Brasília, 2005. Acesso em: 05 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2008**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/321-editalpnbe2008/download>>. Brasília, 2007. Acesso em: 05 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2010**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/324-editalpnbe2010/download>>. Brasília, 2009. Acesso em: 05 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2011**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/arq-biblioteca-da-escola/3954-editalpnbe2011/download>>. Brasília, 2010. Acesso em: 05 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2012**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/arq-biblioteca-da-escola/5244-editalpnbe2012/download>>. Brasília, 2009. Acesso em: 05 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas do Governo, 2002b.

CADEMARTORI, Lígia. Para não aborrecer Alice: a ilustração no livro infantil. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (Org.). **Literatura infantil: políticas e concepções**. São Paulo: Autêntica, 2008. p. 79-90.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. 4. ed. Reorganizada pelo autor. São Paulo: Rio de Janeiro: Duas Cidades, 2004. p. 169-191.

CERRILLO, Pedro. Literatura infantil e mediação de leitura. Tradução de Tânia Mara Goellner Keller; Rosane Innig Zimmermann. In: RÖSING, Tania M. K.; RETTENMAIER, Miguel (Org.). **Leitura, literatura e consciência intercultural**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2007. p. 191-203.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. **Leitura, literatura infantojuvenil e educação**. Londrina: EDUEL, 2007.

FONSECA, Lêda Maria da. Leitura de imagens e a formação de leitores. In: GÓES, Lúcia Pimentel; ALENCAR, Jakson (Org.). **A alma da imagem: a ilustração nos livros para crianças e jovens na palavra de seus criadores**. São Paulo: Paulus, 2009.

GREGORIN FILHO, Nicolau José. **Literatura juvenil: adolescência, cultura e formação de leitores**. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. O PNBE e o Ceale: como semear leituras. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (Org.). **Literatura infantil: políticas e concepções**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 07-20.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, literatura e escola**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PAIVA, Aparecida. A produção literária para crianças: onipresença e ausência das temáticas. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (Org.). **Literatura infantil: políticas e concepções**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 35-52.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tânia (Org.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009. p. 61-79.

PAULINO, Graça et al. **Tipos de textos, modos de leitura**. São Paulo: Formato, 2001.

PIVA, Monteiro; PEREIRA, Hamilton. Um estado de palavra. In: AMORIN, Galeno (Org.) **Políticas públicas do livro e da leitura**. Brasília: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 45-51.

## NOTAS

- 1 Fonte: <[www.fnnde.gov.br/index.php/programas-biblioteca-da-escola](http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-biblioteca-da-escola)>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 2 BRASIL, MEC/FNDE. Relatório de atividades do Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE/99. Brasília, julho, 2000. p. 8.
- 3 Fonte: <<http://www.fnlij.org.br/livros/indice.htm>>. Acesso em 23 mar. 2003.
- 4 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/be-historico>>. Acesso em: 05 out. 2011.
- 5 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/321-editalpnbe2008/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 6 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/346-editalpnbe2005/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 7 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/324-editalpnbe2010/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 8 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/324-editalpnbe2010/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 9 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/322-editalpnbe2009/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 10 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/arq-biblioteca-da-escola/5244-editalpnbe2012/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 11 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/349-editalpnbe2006/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 12 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/downloads/bibliotecaescola/349-editalpnbe2006/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 13 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/arq-biblioteca-da-escola/5244-editalpnbe2012/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.
- 14 Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/arq-biblioteca-da-escola/3954-editalpnbe2011/download>>. Acesso em: 06 out. 2011.